



Raízes de Barro

Paredes de lúta

A habitação social como arquitetura e pertencimento no bairro da Iputinga



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
ARQUITETURA E URBANISMO

**RAÍZES DE BARRO, PAREDES DE LUTA: A HABITAÇÃO SOCIAL
COMO ARQUITETURA DE PERTENCIMENTO NO BAIRRO DA IPUTINGA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universi-
dade Federal de Pernambuco, Campus Recife,
como requisito parcial para a obtenção do títu-
lo de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Sob
orientação do Arq. Prof. Paulo Raposo Andrade

Autoria:

Luciana da Luz Pereira

Orientação:

Paulo Raposo Andrade

Recife

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Pereira, Luciana da Luz .

Raízes de barro, paredes de luta: A habitação social como arquitetura de pertencimento no bairro da Iputinga. / Luciana da Luz Pereira. - Recife, 2025.
92 : il., tab.

Orientador(a): Paulo Raposo Andrade

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2025.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Habitação Social . 2. Comunidade. 3. Arquitetura de Pertencimento . 4. Iputinga social . 5. Projeto habitacional . 6. Arquitetura Social. I. Andrade , Paulo Raposo. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)



AGRADECIMENTOS:

No Livro de Marcos, capítulo 9 e versículo 23 diz: “Tudo é possível ao que crê” e eu cri. Falei para Deus dos meus sonhos, e Ele assim o fez. Por isso, a minha eterna gratidão ao Senhor, que me fez chegar até aqui. Sem Ele, jamais teria conseguido.

Aos meus Pais, Luciene e Valdemar, que com muita dificuldade me criaram de forma honesta e digna para que eu pudesse viver os meus sonhos. Muitas vezes não tinham condições financeiras para me dar o melhor presente, mas nunca me faltou amor, cuidado, e muito apoio para que eu pudesse chegar até aqui. E isso para mim, não há dinheiro no mundo que pague.

Aos amigos da turma, meu eterno GE 11 pelas trocas de conversas, pelas brincadeiras, parcerias nos projetos, para que os prazos de entrega fossem cumpridos. No fim, tudo deu certo. Acredito que valeu a pena cada noite sem dormir direito, para entregar o nosso melhor.

Ao meu amigo, companheiro de noites sem dormir, de dias e dias ao meu lado de forma incansável, me dando suporte, apoio, carinho e muito amor, meu Lupy. Meu cachorro, que faz os meus dias serem melhores todos os dias.

Agradeço as amigas de infância que acreditaram em mim, e me ajudaram até na inscrição desse curso em meados de 2018, acreditando sempre que eu seria capaz.

Aos professores, pelos ensinamentos, aprendizados e experiências.

Ao meu orientador, Paulo Raposo, por todo apoio e paciência nessa etapa tão importante.

Por fim, e não menos importante, também agradeço a mim, por nunca ter desistido mesmo com tantas dificuldades, me formar em uma universidade pública de qualidade, para mim é uma vitória. Hoje posso fazer acontecer o meu sonho de criança. Quem antes fazia casinhas de barro quando criança, sonhando em ser alguém, hoje pode projetar, planejar e idealizar casas de verdade, e ajudar a construir os sonhos de outras pessoas.

Dedico esse trabalho aos meus pais, que com muito suor e sob muito sol, me fizeram chegar até aqui, na sombra. Por abraçar meus sonhos como se fossem seus, e por acreditar que a educação muda a vida das pessoas.

“Arquitetura não é apenas construção. É uma forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas.”
Diébédo Francis Kéré, 2005.

APRESENTAÇÃO:

Refletir sobre uma moradia digna é pauta atual nos dias de hoje. A luta sobre moradia no Brasil ainda é bastante escancarada nas comunidades que precisam resistir para viver. Ao longo da história, ocupações surgiram como respostas diretas à exclusão socioespacial, revelando a força das comunidades que resistem e constroem alternativas diante da ausência de políticas públicas eficazes.

No Recife, essa realidade é ainda mais evidente. Ademais, a moradia social vive uma crise de escassez de investimentos, a especulação imobiliária e a precarização das condições de vida nas periferias ainda são eminentes. A cidade cresce, mas nem todos têm acesso aos benefícios desse crescimento, o que aumenta e reforça desigualdades históricas e amplia o déficit habitacional.

Desse modo, a comunidade da Pipoqueirinha, na Iputinga, tem se destacado como um território de luta e resistência. Em meio ao barro e lama, os muros erigidos com esforço coletivo, mostram as histórias que ali se constroem, e revelam a potência dos moradores em defender o direito de ter moradia, e permanecer. Mas do que casas, essas construções simbolizam raízes de pertencimento,

É nesse cenário que a arquitetura se apresenta como ferramenta de transformação social. Ao lado das comunidades, o fazer arquitetônico pode ser um instrumento de permanência, dignidade e reconhecimento. O projeto final propõe, assim, uma nova forma de habitar, sensível às raízes locais e comprometida com a melhoria de vida e o direito de morar.

ILUSTRAÇÕES:

Figura 1 – Vista aérea da comunidade da Pipoquinha.....p. 16

Figura 2 – Tipologia de moradia informal típica da Iputinga – p. 21

Figura 3 – Fotografia da lama como símbolo de permanência – p. 22

Figura 4 – Representação volumétrica do conjunto habitacional – p. 33

Figura 5 – Fachadas ativas e integração urbana – p. 35

Figura 6 – Vista interna do pátio central – p. 36

Figura 7 – Bloco com uso misto e lojas no térreo – p. 39

Figura 8 – Esquema de circulação e acesso – p. 41

MAPAS:

Mapa 1 – Localização do bairro da Iputinga no contexto urbano de Recife – p. 25

Mapa 2 – Recorte territorial da área de intervenção (ruas Genésio Teófilo, São Mateus e Guaratiba) – p. 27

Mapa 3 – Mapa de densidade populacional da Iputinga – p. 26

Mapa 4 – Zoneamento da comunidade da Pipoquinha – p. 28

Mapa 5 – Interferências do projeto viário Ponte Monteiro-Iputinga – p. 29

LISTA DE GRÁ- FICOS:

Gráfico 1 – Distribuição etária da população da Iputinga – p. 26

Gráfico 2 – Proporção de moradias com infraestrutura básica – p. 27

Gráfico 3 – Comparativo do déficit habitacional em Recife (2010–2020) – p. 28

Gráfico 4 – Índice de adensamento nas ocupações da Pipoquinha – p. 29

LISTA DE DIA- GRAMAS:

Diagrama 1 – Diagrama conceitual da “cidade-membrana” – p. 30

Diagrama 2 – Esquema de adensamento modular do conjunto – p. 31

Diagrama 3 – Fluxograma de uso público e privado – p. 34

Diagrama 4 – Relação entre clima, materialidade e uso – p. 38

LISTA DE ABRE- VIATURAS:

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BRT – Bus Rapid Transit

CETP – Corredor Exclusivo de Transporte Público

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NBR – Norma Brasileira Regulamentadora

ONU – Organização das Nações Unidas

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO:

1	INTRODUÇÃO	14
2	OCUPAÇÕES SOCIAIS URBANAS NO BRASIL E O IMPACTO DE GRANDES PROJETOS VIÁRIOS	22
3	HABITAÇÃO COMO DIREITO – A CRISE DE MORADIA SOCIAL NO RECIFE	26
3.1	Recife Mocambo	30
3.2	Comunidade da Pipoquinha	35
4	EXEMPLOS CONTEMPORÂNEOS	38
4.1	Galeria de Habitação Social 1737	40
4.2	Residencial Novo Santo Amaro	42
4.3	Urbanização do Jardim Vicentina	44
4.4	SEHAB Heliópolis	46
5	BARRO, LAMA E HABITAÇÃO	48
5.1	Formação do Bairro da Iputinga	52
5.2	Dinâmica da Comunidade da Pipoquinha	57
5.3	Diagnóstico	60
7	PROJETO	66
7.1	Concepção Volumétrica	67
7.2	Programa Arquitetônico	71
7.3	Plantas e Implantação	77
8	Perspectivas e Fachadas Ativas	82
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

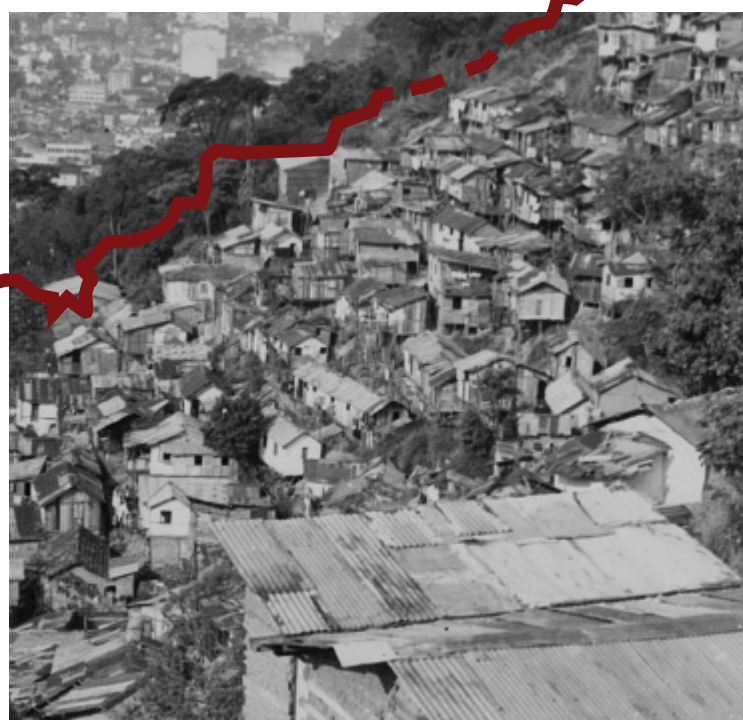
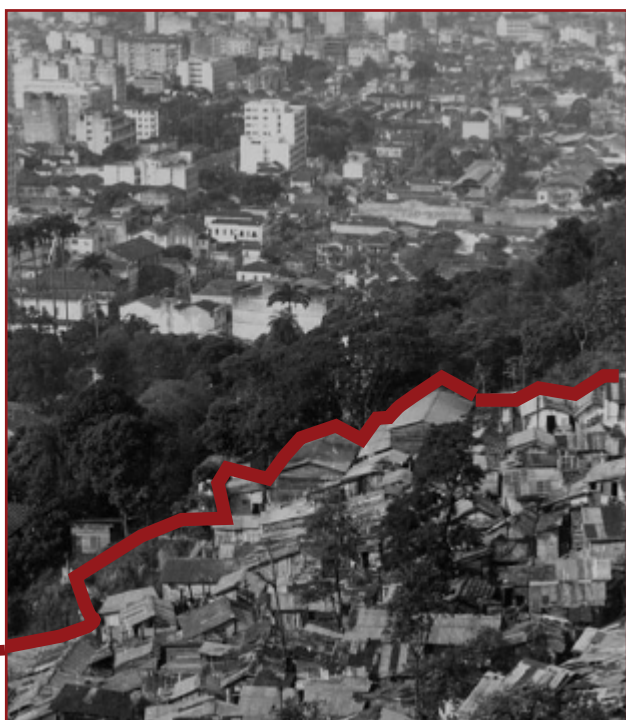
A origem das cidades no Brasil tem uma história de urbanização que, muitas vezes, deixou de lado quem precisa e favoreceu os interesses econômicos e os mais ricos. No século XX, o crescimento acelerado das populações nas áreas urbanas, junto com a migração do campo para a cidade e a ausência de políticas públicas de moradia, levou muitas pessoas de baixa renda a ocuparem grandes regiões urbanas de forma irregular sem planejamento inclusivo. Nesse contexto, a ocupação informal dos espaços urbanos tornou-se uma solução adotada pelas classes populares diante da ausência de políticas habitacionais eficazes e da exclusão do mercado formal de moradia.

fonte: O globo, 2022



As ocupações urbanas passaram a ser vistas como formas legítimas de reivindicação do direito à cidade, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970. Esse período foi marcado por migrações intensas causadas pela industrialização e pela concentração da propriedade rural, o que resultou no adensamento das periferias e na formação de favelas em áreas urbanas. Com a redemocratização e o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos, principalmente após a formulação da constituição de 1988 essas ocupações passaram a ganhar força como forma de resistência.

fonte: O globo, 2022



De acordo com Rolnick (2015), tais intervenções refletem uma lógica de valorização funcionária e reestruturação do espaço urbano voltada ao capital imobiliário, promovendo uma “gentrificação forçada” que expulsa os mais pobres, para áreas cada vez mais periféricas. Esse processo resulta não apenas na perda do direito à moradia, mas na ruptura das redes de apoio comunitário, no aumento do tempo de deslocamento e na fragilização das condições de vida.

A análise histórica das ocupações e dos impactos dos grandes projetos viários releva, portanto, uma tensão constante entre o modelo de cidade pensado a partir de interesses econômicos e a cidade construída pelas práticas cotidianas dos que nela vivem. Reconhecer a legitimidade das ocupações e os impactos perversos da urbanização excludente é fundamental para a construção de políticas públicas mais justas e



Fonte: folha de SP, 2023



Alinhado a esse cotidiano, a emergência de cortiços, mocambos e favelas nas cidades, revelam um padrão histórico de exclusão social e segregação urbana. Nos centros urbanos do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro, os cortiços se tornaram uma das primeiras formas de moradia acessível para trabalhadores migrantes, imigrantes, pobres e ex-escravizados. O aluguel de cômodos em imóveis degradados, muitas vezes superlotados e sem condições mínimas de salubridade, refletia não apenas a precariedade das condições habitacionais, mas também o lucro exploratório obtido por proprietários ausentes. Ainda assim, os cortiços ofereciam localização central e acesso ao mercado de trabalho urbano, o que reforça a permanência de seus moradores nesses espaços.

Fonte: cortiços, em São Paulo, folha de SP, 2023



Ainda assim, nos mocambos, que se disseminaram principalmente no Norte e Nordeste do país, a precariedade construtiva era ainda mais visível. Feitos com materiais improvisados, como barro, madeira e palha, os mocambos refletiam uma herança das moradias afrodescendentes pós escravidão e frequentemente se desenvolviam em terrenos irregulares ou ocupações espontâneas, à margem do planejamento urbano formal. Muitas vezes invisibilizados pelas políticas públicas os mocambos também foram estigmatizados como focos de atraso e marginalidade.

Fonte: cortiços, em São Paulo, folha de SP, 2023



As favelas, por sua vez, tornaram-se o símbolo mais duradouro da exclusão urbana brasileira. Sua expansão acelerou – se no século XX, em especial a partir dos anos de 1940, com o êxodo rural e o crescimento desordenado dos grandes centros. De maneira diferente dos cortiços, que estavam inseridos no tecido urbano formal, as favelas cresceram em áreas periféricas, colinas, encostas, e terrenos de risco, consolidando uma geografia da desigualdade. Apesar das iniciativas pontuais de urbanização e regularização, as favelas foram, por décadas, tratadas como problema a ser erradicado, em vez de espaços a serem, integrados à cidade.

Fonte: cortiços, em São Paulo, 2021.

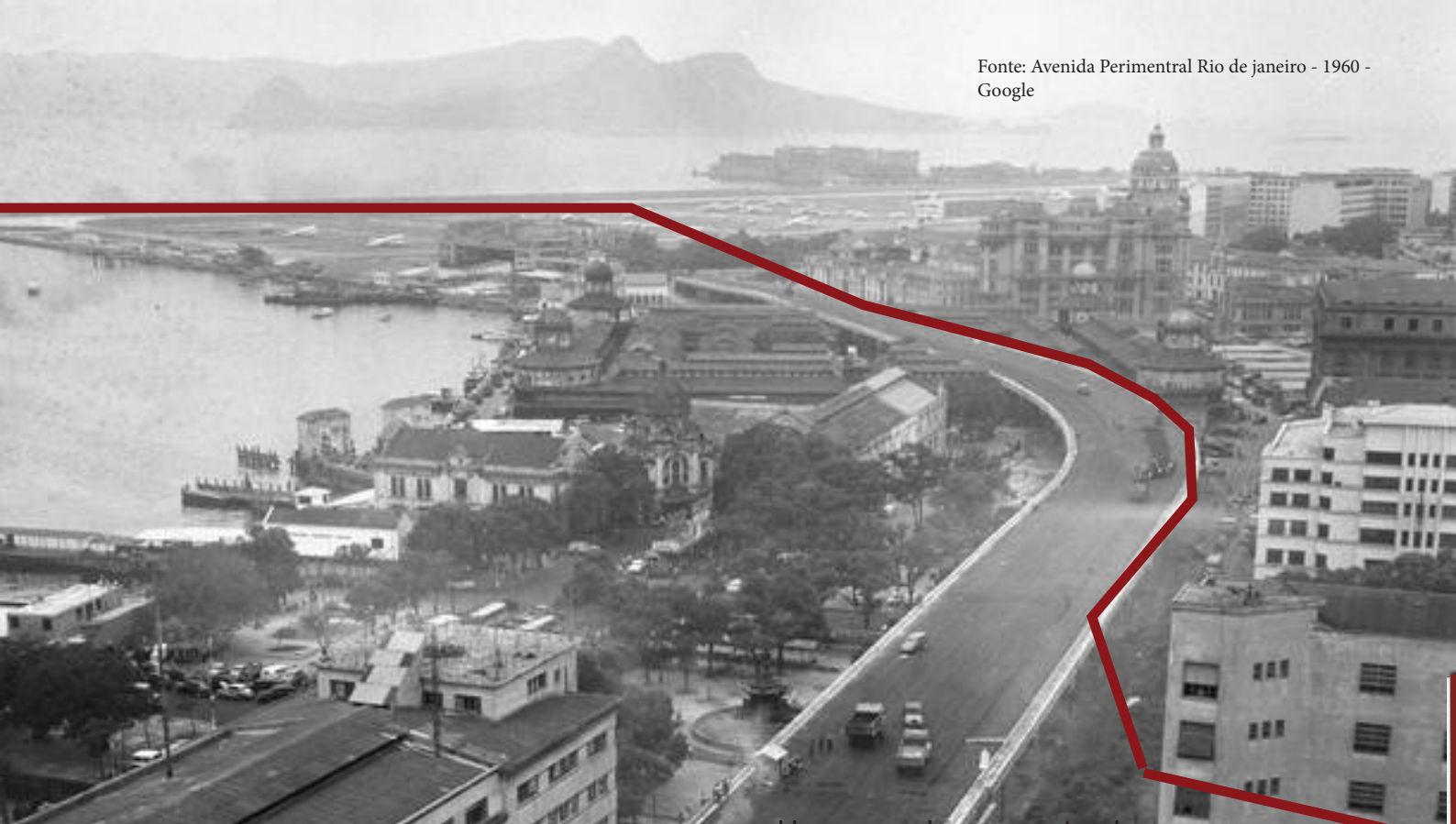


Com isso, fica evidenciado sobre o panorama histórico a perpetuação de políticas urbanas excludentes que criminalizam a pobreza e negam à população de baixa renda o direito à cidade. A ausência de investimentos em infraestrutura, educação, transporte e moradia digna para essas áreas reflete um padrão contínuo de negligência institucional, frequentemente reforçado por projetos urbanos que priorizam a especulação imobiliária e a valorização do solo em detrimento das demandas sociais.

Ainda assim, no início do século xx, durante as reformas urbanas a ideia de cidade moderna passava pela eliminação de construções vistas como “imundas” ou “atrasadas”. Sob o argumento de promover salubridade e ordem, autoridades municipais intensificavam campanhas de remoção de habitações populares, especialmente na Era Vargas, com esse processo recebendo estrutura institucional durante o regime militar.

Fonte: Mocambos, 1960 - Jornal O Globo





2. **As grandes obras viárias e o deslocamento forçado de populações urbanas.**

Um exemplo marcante desse processo foi a ampliação da Avenida Perimetral no Rio de Janeiro, que entre as décadas de 1960 e 1970 desalojou milhares de famílias das regiões centrais para dar lugar a vias destinadas ao fluxo de veículos. Em São Paulo, Obras como o Minhocão (Elevado Costa e Silva) também causaram deslocamentos forçados, retirando moradores de áreas valorizadas sem oferecer alternativas habitacionais adequadas

A partir dos anos 1960, com a consolidação do modelo desenvolvimentista centrado no transporte rodoviário, diversas cidades brasileiras passaram a receber amplos projetos de infraestrutura viária, frequentemente financiados por instituições internacionais. A construção de avenidas expressas, viadutos e sistemas de transporte em grande escala provou mudanças profundas nos espaços urbanos, resultando na remoção em massa de comunidades inteiras.



Fonte: Minhocão - Rio de Janeiro - 1960 - Google

23



“As ações do Estado têm sido fragmentadas, descontinuadas e muitas vezes subordinadas a interesses privados, dificultando uma política habitacional que garanta de fato o direito à moradia.”
Luciana Royer & Raquel Rolnik (2011)

“Sem moradia, não há cidadania plena. É a partir do lar que o sujeito acessa o mundo público, obtém endereço, se insere no mercado de trabalho e pode reivindicar seus direitos.”
Carlos Vainer (2000, p. 78)

3. **Habitação como direito - A crise de moradia social no Recife**

26

O direito à moradia é um pilar essencial dos direitos humanos, amplamente reconhecido por diversos marcos jurídicos e normativos em níveis internacionais e nacionais. No Brasil esse princípio está consagrado na Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 6º posiciona a moradia como um direito social, ao lado da saúde, educação, trabalho e segurança. Apesar desse reconhecimento formal, sua implementação ainda enfrenta obstáculos significativos, especialmente nos grandes centros urbanos, como Recife, onde a crise habitacional é acentuada por uma combinação de políticas públicas ineficazes e desigualdades socioespaciais históricas.



Recife figura entre capitais com o maior déficit habitacional proporcional no país. Conforme dados do IBGE e da fundação João Pinheiro, milhares de famílias residem em condições informais. Nessas áreas, é comum a ausência de serviços básicos como saneamento, pavimentação, iluminação pública e coleta de lixo. Além disso, a cidade registra um notável crescimento de assentamento irregulares, evidenciando o desequilíbrio entre a expansão urbana e a incapacidade governamental de providenciar habitações dignas à população de baixa renda.



O contraste social e espacial é uma característica evidente na paisagem urbana do Recife. Enquanto bairros valorizados como Boa viagem, Casa Forte e Graças concentram infraestrutura e investimentos públicos e privados, milhares de moradores permanecem em habitações precárias, frequentemente situadas em áreas de risco ambiental, sendo eles: manguezais, encostas e margens de rios. Essa realidade aumenta a vulnerabilidade dessas pessoas diante desses eventos climáticos como chuvas intensas e enchentes, ocorrências cada vez mais frequentes devido às mudanças climáticas.

A moradia transcende o conceito de abrigo físico. Ela é fundamental para viabilizar o acesso a outros direitos, como educação, trabalho, mobilidade, segurança e cidadania. Quando esse direito é negado ou oferecido de forma precária, as repercussões afetam tanto a estrutura social, quanto a vida individual dos cidadãos. A falta de uma residência digna priva inúmeras famílias de acesso a um endereço fixo, dificulta a utilização de serviços públicos, aumenta a sensação de insegurança e expõe essas comunidades à violência urbana.

Fonte: Praia de Boa viagem - Google



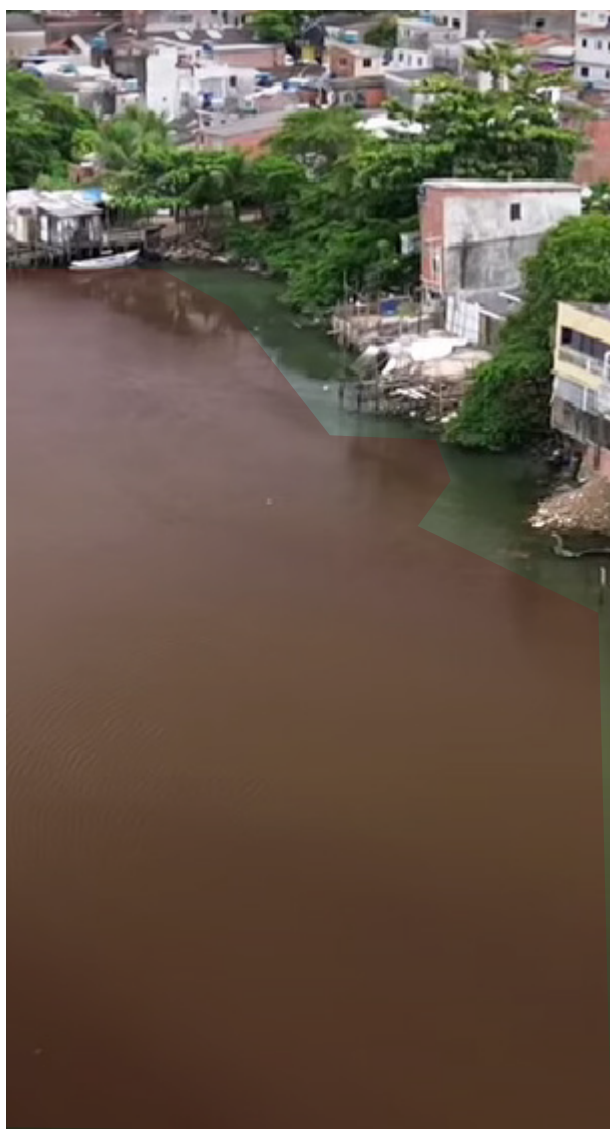


3.1. Recife Mocambo



Fonte: palafitas no pina - 2021 - G1

A cidade do Recife, uma das mais antigas do Brasil, possui uma trajetória urbana profundamente marcada pela segregação socioespacial. Ao longo do seu crescimento, formas precárias de moradia popular se consolidavam como resposta à ausência de políticas públicas efetivas. Entre essas formas, os mucambos (Construções informais e rudimentares erguidas por populares de baixa renda) ocuparam papel central na organização das moradias populares na capital pernambucana, sobretudo entre o final do século XIX e meados do século XX.



O termo “mucabo” deriva de raízes africanas e originalmente designava os refúgios construídos por escravizados fugitivos, em áreas de mata, distantes dos centros de controle colonial. Nas cidades, e especialmente no Recife, passou a nomear habitações improvisadas, erguidas com barro, taipa, madeiras, folhas de palmeira e restos de materiais, geralmente localizadas em terrenos alagadiços, margens de rios, manguezais ou encostas instáveis.

Esses assentamentos surgiram em um contexto de urbanização acelerada e excludente. Com o fim da escravidão e a ausência de qualquer política de integração social, os escravizados e trabalhadores pobres, migraram para as cidades em busca de trabalho, formando os primeiros núcleos dos mucambos urbanos. No Recife, essa ocupação se deu de forma dispersa, porém sistemá-

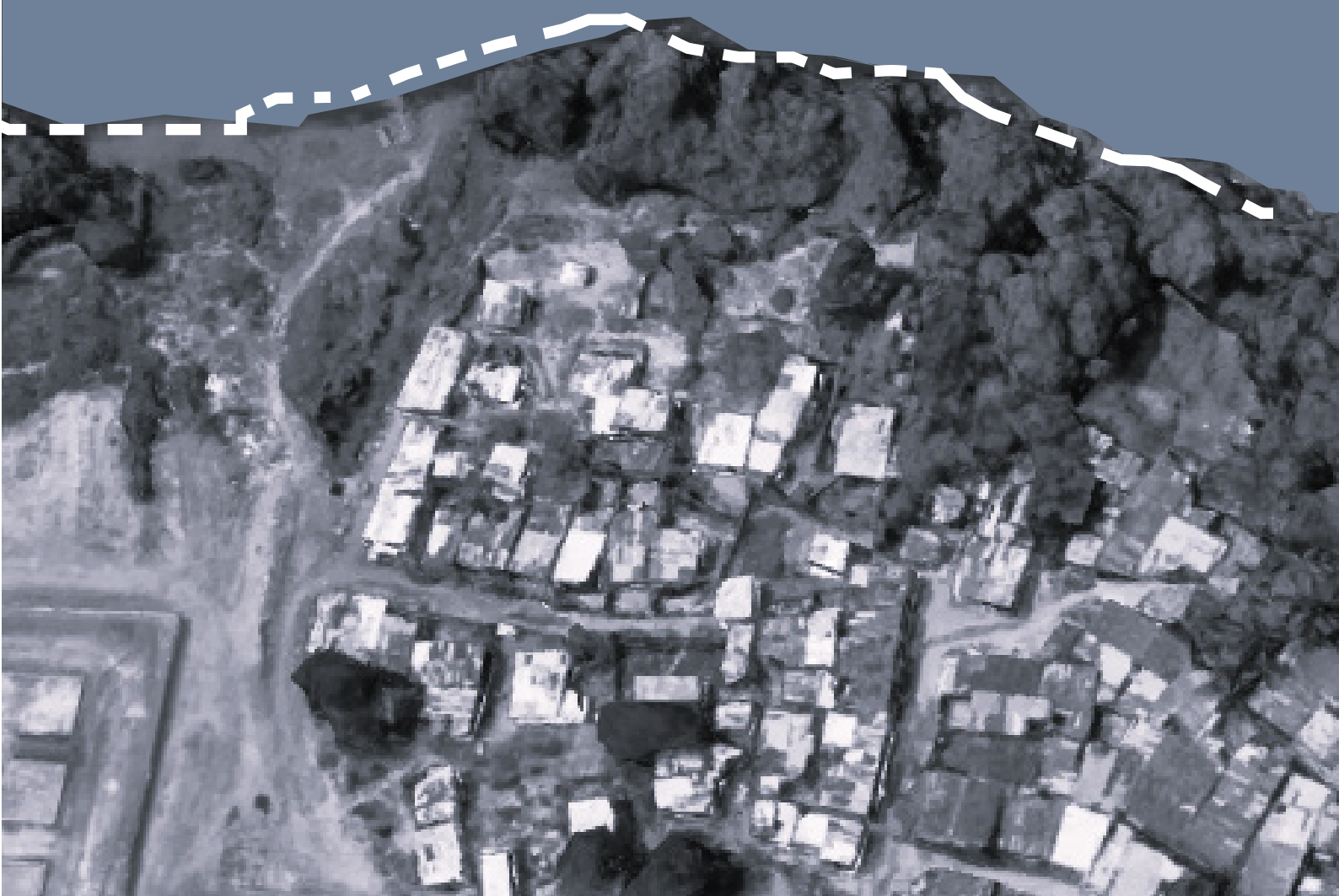
Fonte: palafitas no pina - 2021- G1





Fonte: palafitas no pina - 2021- G1

3.2. **Comunidade da Pipoquinha**





Em Recife, os conjuntos habitacionais construídos muitas vezes se encontram em áreas afastadas do centro urbano, com dificuldades de mobilidade, escassez de equipamentos públicos e insegurança, o que gera um sentimento de exclusão e inviabilidade do cotidiano.

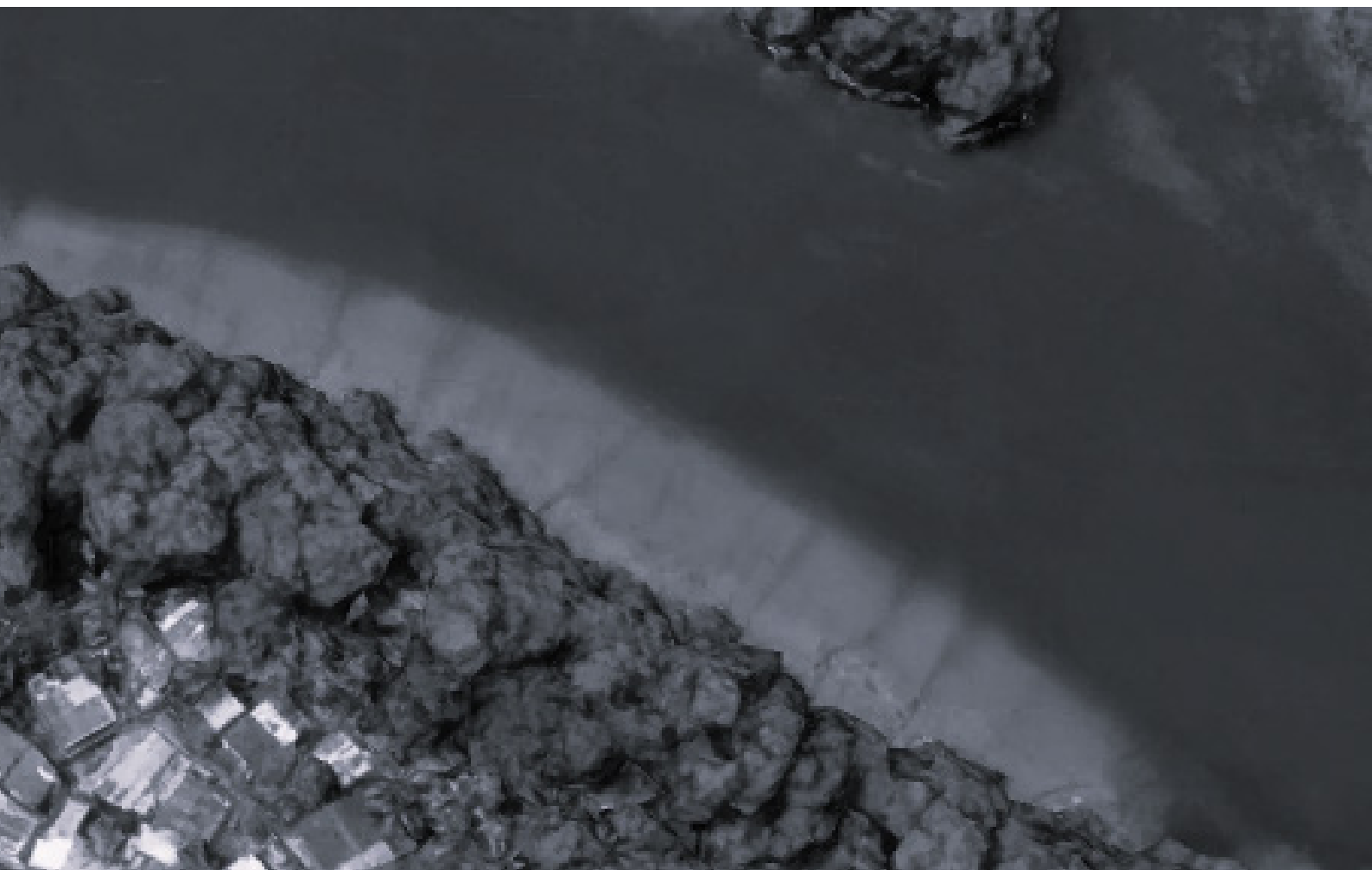
Fonte: Mapa da Comunidade da Pipoquinha - Google Maps - autoral

A comunidade da Pipoquinha e o direito a permanência localizada no bairro da Iputinga, é um exemplo vivo de luta pelo direito a moradia e a permanência no local. Formada majoritariamente por famílias trabalhadoras a comunidade construiu ao longo dos anos uma rede de solidariedade, economia local e identidade territorial, que desafia os estigmas associados às ocupações informais.

Entretando, como muitas outras comunidades em Recife, a pipoquinha sofre ameaças de remoção e enfrenta desafios relacionados a regularização fundiária, infraestrutura deficiente e escassez de melhorias voltadas as condições das habitações. Ainda assim, os moradores tem protagonizado processos de organização coletiva e de resistência reivindicando o reconhecimento institucional do território.

A situação da Pipoquinha revela uma das dimensões mais completas do planejamento urbano: a disputa entre o projeto de cidade idealizado pelas elites e aquele que emerge da prática cotidiana das classes populares. Nesse sentido, a comunidade representa não apenas uma área em disputa fundiária, mas também um espaço de construção de cidadania e de direito à cidade.

Fonte: Mapa da Comunidade da Pipoquinha - Google Maps - autoral





4. **Exemplos Contemporâneos.**

A arquitetura contemporânea se destaca pela variedade de estilos, tecnologias e abordagens que respondem às exigências multifacetadas do século XXI. Diferente dos períodos marcados pelo modernismo ou pós-modernismo, não existe um estilo dominante, mas sim uma ampla gama de linguagens que interagem com questões como sustentabilidade, urbanismo inclusivo, avanços tecnológicos e valorização da identidade cultural.

4.1 **Galeria de Habitação social 1737.**

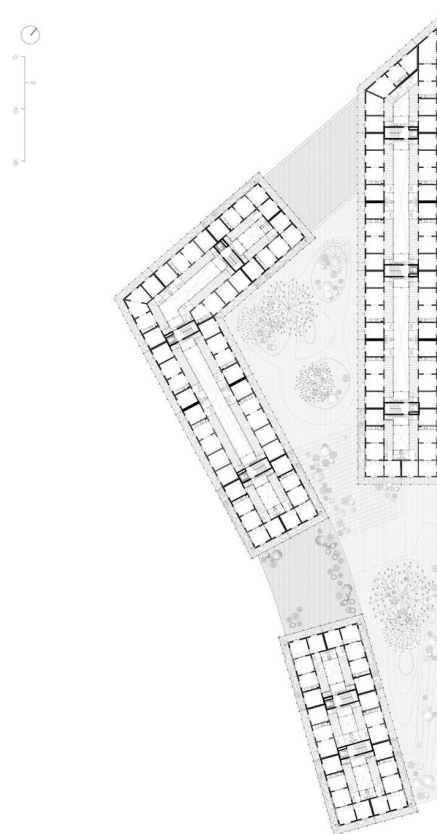
Fonte: Galeria Social 1737 - Achidaily 1



A configuração volumétrica do projeto promove a continuidade biológica e recreativa entre a serra de les Ferreres e o Parque agrícola do Llobregat. Propõe – se contemplar a circulação longitudinal com novas conexões transversais para facilitar o acesso ao interior do conjunto. Com a abertura dos cantos internos do projeto, evita-se a formação de áreas sem saídas que poderiam gerar situações de insegurança. Os edifícios são desenvolvidos em níveis, adaptando-se ao declive natural do terreno.

O edifício é concebido por meio de um sistema modular que maximiza as relações entre os espaços habitáveis e o ambiente ao redor. Todos os cômodos têm aberturas para o exterior voltados para a paisagem. Ao mesmo tempo, como em um grande claustro, esses ambientes formam um pátio central onde estão concentrados os serviços e as áreas de circulação dos apartamentos. Assim, todos os espaços contam com abundante luz natural e ventilação cruzada. A organização contempla três anéis contínuos: terraço, unidade funcional e circulação, deixando no centro do pátio os núcleos de comunicação vertical.

As escadas são compactas e atendem quatro apartamentos por andar, totalizando 136 unidades habitacionais o pátio central é um espaço protegido e levemente climatizado, que ventila as escadas e eleva o nível de conforto das habitações ao seu redor.



4.2 **Residencial novo Santo Amaro.**

O projeto situa-se na zona sul de São Paulo, na área dos mananciais da represa Guarapiranga. Trata-se de uma região de fundo de vale, marcada por um curso d'água central e encostas íngremes ocupadas por construções precárias.

Esse eixo verde desenvolvido como um parque linear, atuando como estrutura principal para todas as intervenções planejadas. Ele terá uso público, qualificando a área e promovendo um sentimento de pertencimento entre os moradores. Para garantir a vivacidade e dinamismo do local, é fundamental que existam pontos de atração ao longo de todo o percurso, incentivando o fluxo de pessoas e integrando o acesso às residências locais. Este eixo foi concebido como uma centralidade regional que promove encontros e lazer comunitário.

Fonte: Residencial novo Santo Amaro - Achidaily 1





4.3 **Urbanização do Jardim Vicentina**

O projeto trata-se da urbanização e habitação social no jardim Vicentina, localizado na periferia de Osasco, na Grande São Paulo. Ele foi apresentado no pavilhão do Brasil durante a bienal de Veneza em 2014. A proposta do projeto envolveu a remoção e o remanejamento de moradores das áreas mais vulneráveis próximas ao córrego.

Fonte: Urbanização Jardim Vincentino - Achidaily 1



Além disso, foram planejadas três tipologias habitacionais distintas implantadas de forma linear ao longo do córrego canalizado, criando duas novas frentes urbanas em cada lado do eixo viário destinado aos serviços. As unidades habitacionais possuem dois dormitórios e área média de 50m². O método construtivo escolhido utilizou blocos cerâmicos estruturais aparentes, fornecendo melhor desempenho termoacústico e garantindo fachadas que exigem baixa manutenção.

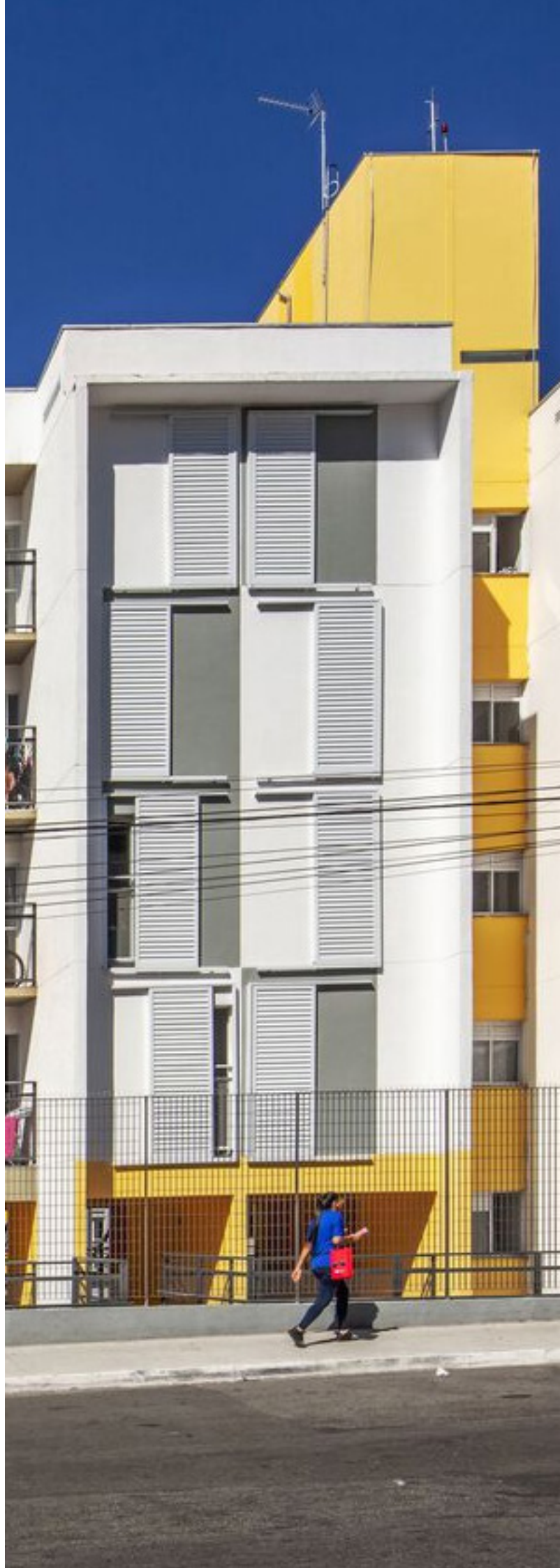


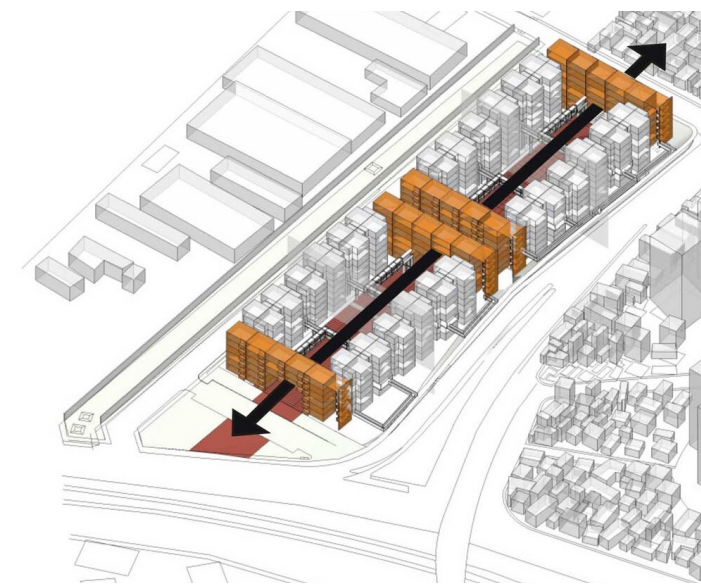
4.4 SEHAB HELIÓPOLIS.

Fonte: SEHAB - HELIÓPOLIS - Achidaily 1

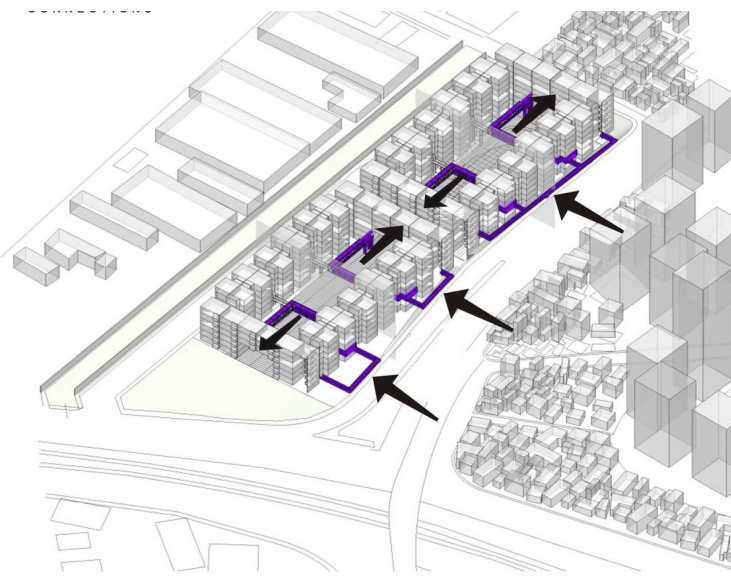
A ampliação integra a continuidade do Programa de reurbanização de favelas da prefeitura de São Paulo, conduzido pela secretaria de habitação. O projeto manteve o conceito de “quadra europeia”, caracterizado por edificações sem recuos e um amplo pátio interno, anteriormente aplicado na proposta inicial. Apesar do intervalo de 10 anos, entre a inauguração da primeira etapa e a segunda, que incluiu um novo bloco, o planejamento foi executado de forma eficiente e sem grandes contratempos, exigindo apenas ajustes pontuais nos materiais utilizados.

Com a adição de 221 novos apartamentos distribuídos em cinco pavimentos, o projeto enfrentou o desafio de adensar o espaço sem recorrer à verticalização, uma vez que não havia possibilidade de instalação de elevadores. Para superar essa limitação, foi aproveitado o acentuado desnível da rua adjacente, permitindo a criação de térreos em cada edifício que seguem as cotas variáveis da via. Essa solução garantiu funcionalidade e harmonia com a topografia local.





Fonte: DIAGRAMAÇÃO - SEHAB - HELIÓPOLIS - Achidaily I

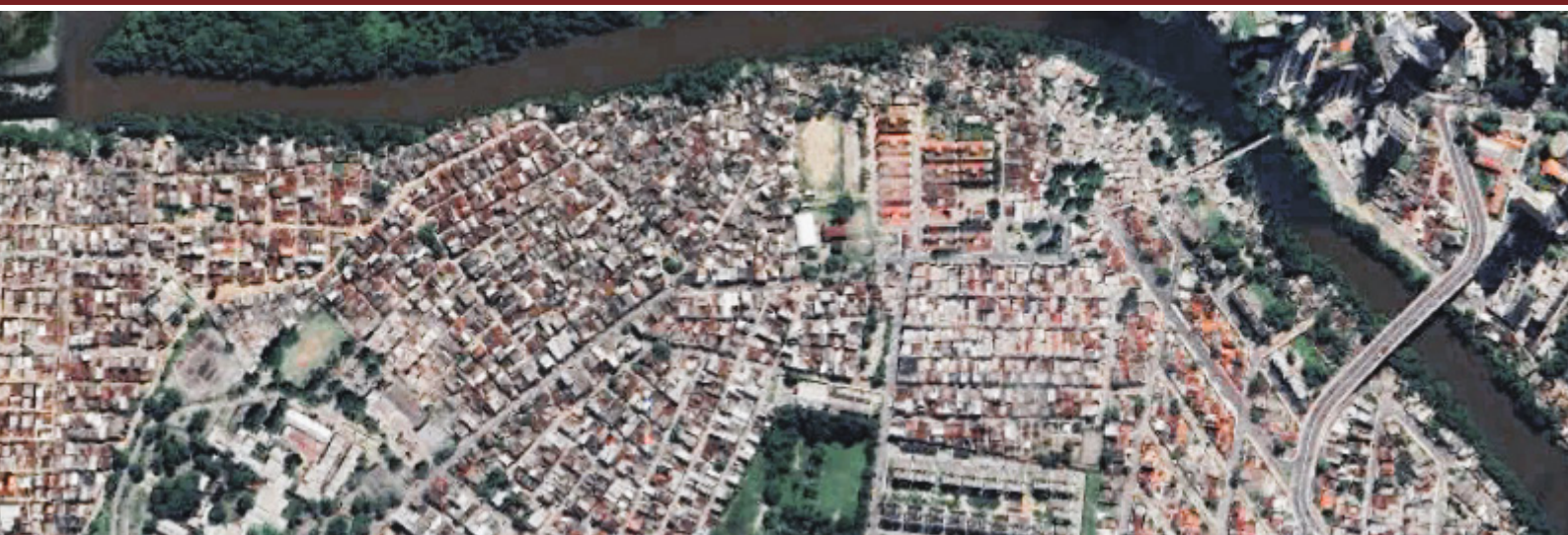


Fonte: SEHAB - HELIÓPOLIS - Achidaily I

5. **BARRO, LAMA E HABITAÇÃO.**

O barro da Iputinga é símbolo de construção e resistência. É o barro do tijolo cru, do chão batido, do improviso transformado em permanência. Para quem observa de longe, a lama pode parecer sujeira. Mas para quem pisa com os pés descalços, ela é fundação. O que para alguns é sinal de precariedade, para outros é memória palpável de um modo de habitar que desafia a espera por políticas urbanas adequadas. Cada palafita, cada alicerce improvisado e cada tábua atravessada sobre o brejo são testemunhos vivos de uma arquitetura não oficial, mas profundamente enraizada na cultura da sobrevivência. Se o barro é matéria-prima, a habitação é expressão.

A cidade sempre foi um produto da luta de classes, uma arena onde os conflitos sociais se territorializam. A cidade capitalista é desigual por natureza.” (MARICATO, 2011)





A Iputinga, como tantos outros bairros periféricos do Recife, nasceu da necessidade, mas foi moldada pela criatividade popular e pela resiliência silenciosa de famílias que transformaram as habitações. É nesse encontro entre camadas físicas e simbólicas que se desenha a verdadeira paisagem da Iputinga. Uma paisagem feita não de grandes avenidas ou edifícios imponentes, mas de barracos de alvenaria, muros irregulares e escadas moldadas no barro. Isso também é arquitetura. Arquitetura pulsante, que molha os pés e resiste. Arquitetura construída no ritmo das enchentes e das secas, com materiais possíveis e a urgência do presente

Fonte: MAPA DA IPUTINGA - AUTORAL

Um registro vivo das desigualdades urbanas, mas também da capacidade criativa de quem constrói destinos sobre solos instáveis. É barro, é casa, é raiz. E é justamente ali que a cidade se revela plenamente: nos espaços que ela finge ignorar, mas que continuam florescendo contra todos os prognósticos.

5.1 **A FORMAÇÃO DO BAIRRO DA IPUTINGA**

Iputinga é um bairro situado na zona oeste do Recife, fazendo limite com os bairros da Torre, Cidade Universitária, Várzea e Cordeiro. Sua história está profundamente conectada ao processo de ocupação das margens do rio Capibaribe, às mudanças socioeconômicas que marcaram a cidade ao longo do século XX e à preservação de vestígios do passado rural, provenientes dos antigos engenhos de açúcar.

O nome "Iputinga" vem da língua tupi e pode ser interpretado como "água branca" ou "rio de águas claras", uma alusão ao rio Capibaribe e aos córregos que atravessam a localidade. Durante os períodos colonial e imperial, a região era formada por terras de engenhos, destacando-se o Engenho Barbalho, fundado em 1720 e situado às margens do rio. Atualmente, encontra-se ali o Casarão do Engenho Barbalho, um dos últimos vestígios dessa época histórica. Com a decadência dos engenhos e a progressiva expansão urbana do Recife ao longo do século XX, essas terras passaram por processos de loteamento, ocupação espontânea e autoconstrução, especialmente entre as décadas de 1950 e 1960. Assim como em outras áreas de várzea da cidade, as populações mais pobres acabaram por ocupar regiões mais baixas, muitas vezes sujeitas a alagamentos e frequentemente desprovidas de infraestrutura básica oferecida pelo poder público.

Fonte: CASARÃO DA IPUTINGA EM 1960 - O GLOBO

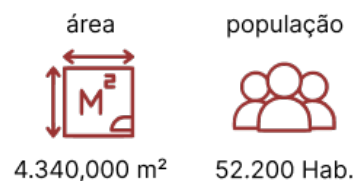


O nome "Iputinga" vem da língua tupi e pode ser interpretado como "água branca" ou "rio de águas claras", uma alusão ao rio Capibaribe e aos córregos que atravessam a localidade. Durante os períodos colonial e imperial, a região era formada por terras de engenhos, destacando-se o Engenho Barbalho, fundado em 1720 e situado às margens do rio. Atualmente, encontra-se ali o Casarão do Engenho Barbalho, um dos últimos vestígios dessa época histórica. Com a decadência dos engenhos e a progressiva expansão urbana do Recife ao longo do século XX, essas terras passaram por processos de loteamento, ocupação espontânea e autoconstrução, especialmente entre as décadas de 1950 e 1960. Assim como em outras áreas de

Fonte: VILA DA IPUTINGA EM 1960 - O GLOBO



Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que sua área territorial abrange cerca de 434 hectares, equivalentes a aproximadamente 4,34 km². Esse espaço é habitado por mais de 52 mil pessoas, o que resulta numa densidade populacional elevada, estimada em torno de 12.000 habitantes por km². A análise demográfica revela uma predominância feminina entre os moradores. Calcula-se que cerca de 28.164 mulheres vivem na Iputinga, enquanto a população masculina corresponde a 24.036 indivíduos, configurando uma razão de gênero superior à média nacional. Esse dado reflete fatores como dinâmicas familiares lideradas por mulheres, frequentemente associadas às trajetórias de migração, trabalho informal e processos autônomos de ocupação urbana. No que diz respeito à faixa etária, observa-se que mais de 36% dos moradores estão na faixa jovem-adulta (dos 15 aos 34 anos), compondo um contingente significativo de trabalhadores em idade produtiva. Crianças e adolescentes (0–14 anos) representam cerca de 22% da população, evidenciando a presença de famílias com

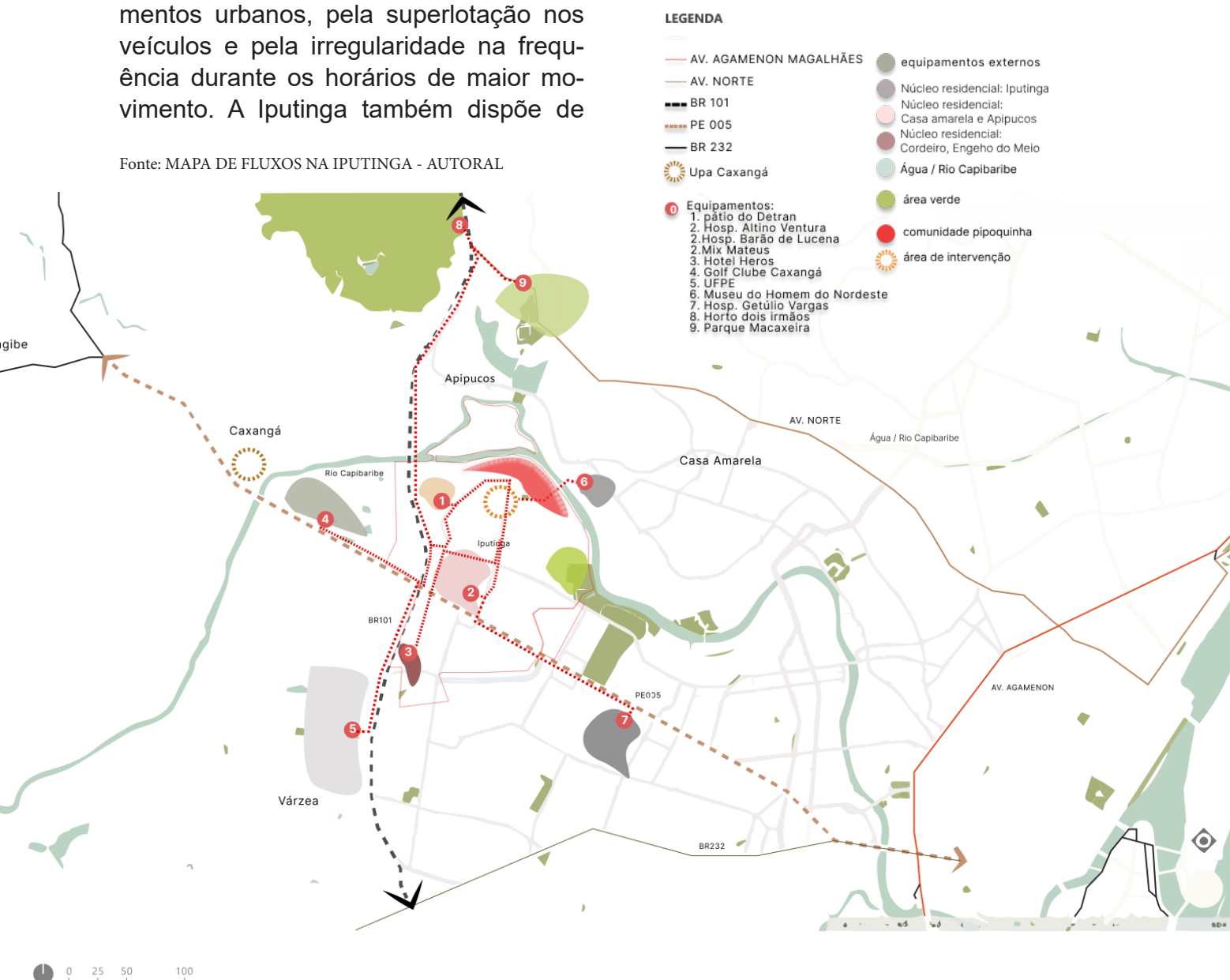




A principal via de circulação que atravessa o bairro é a Avenida Caxangá, uma das mais extensas e relevantes artérias viárias do Recife. Essa avenida faz parte do Corredor Exclusivo de Transporte Público Oeste (CETP Oeste), utilizado por ônibus de médio e grande porte que conectam o Terminal Integrado da Caxangá ao centro da cidade. Apesar de contar com faixas exclusivas para o sistema de BRT (Bus Rapid Transit), sua eficiência é limitada pelos congestionamentos urbanos, pela superlotação nos veículos e pela irregularidade na frequência durante os horários de maior movimento. A Iputinga também dispõe de

O bairro enfrenta problemas como ruas estreitas, calçadas ausentes ou em condições precárias, falta de sinalização adequada e dificuldades relacionadas à drenagem urbana. Tais questões comprometem a mobilidade de pedestres e pessoas com deficiência. Além disso, a ausência de infraestrutura para ciclistas reforça os desafios para o uso de alternativas de transporte mais sustentáveis, mesmo em uma área onde

Fonte: MAPA DE FLUXOS NA IPUTINGA - AUTORAL



Fonte: IBGE, 2010.

A área examinada, localizada no bairro de Iputinga, na zona oeste do Recife, apresenta uma malha urbana consolidada, caracterizada por um traçado majoritariamente ortogonal com ruas estreitas, ocupações residenciais de baixa densidade e uso do solo diversificado. O mapa destaca um recorte que abrange três principais eixos viários: a Rua Genésio Teófilo, a Rua São Mateus e a Rua Guaratiba. Estas vias desempenham papel estruturante no território, delimitando os contornos da área de intervenção, que se encontra evidenciada no mapa por uma extensa mancha em tom vinho, centralizada entre os bairros vizinhos.

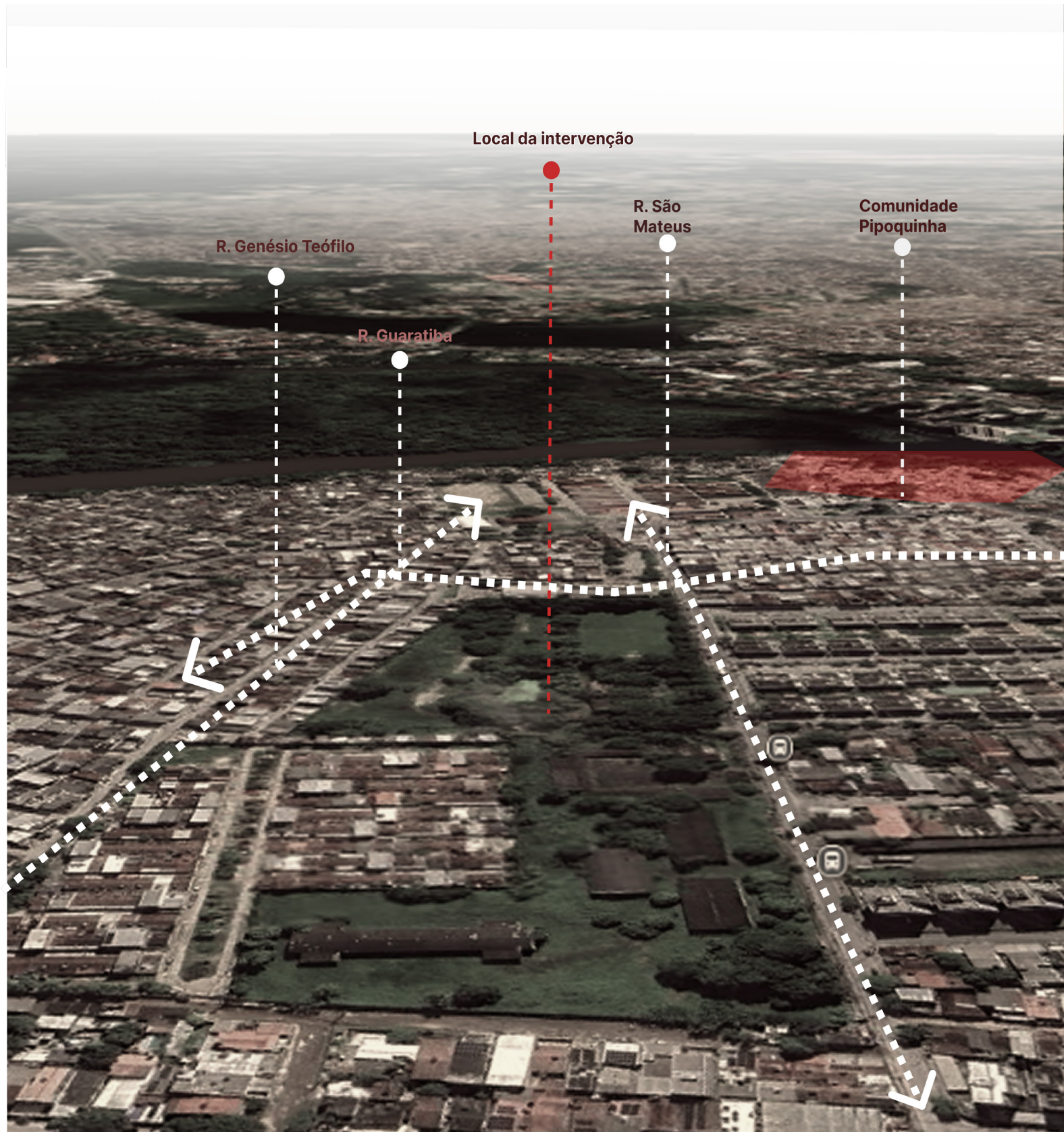
A Rua Genésio Teófilo e a Rua São Mateus configuram-se como importantes vias estruturadoras, atravessando a malha urbana com fluxo contínuo, favorecendo o deslocamento dos moradores entre áreas residenciais e polos comerciais e de serviços. Contrariamente, a Rua Guaratiba representa um eixo secundário, conectando transversalmente os dois primeiros e contribuindo para uma maior fluidez interna na circulação do bairro.

Fonte: MAPA DE ZONEAMENTOS NA IPUTINGA - AUTORAL

LEGENDA

- R. Genésio Teófilo
- R. São Mateus
- R. Guaratiba
- Área de Intervenção
- Comércio
- Residencial
- Área verde
- Uso Misto
- Educacional





5.2 Comunidade

Pipoquinha e sua dinâmica

processo de urbanização desde o início do século XX, conforme previamente analisado. A partir da década de 1920, a cidade foi submetida a uma série de transformações urbanas que abrangeram a construção de novas vias, praças, edifícios, além da implementação de serviços essenciais como abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário e transporte público. Esses esforços tinham como principal finalidade promover a modernização da cidade e adaptá-la às crescentes demandas decorrentes do processo de expansão urbana. Entretanto, ao longo desse processo, foram realizadas numerosas remoções de moradores que viviam em áreas destinadas à realização de grandes obras de infraestrutura viária, como a Avenida Dantas Barreto, a Ponte Giratória e o Viaduto Capitão Temudo. Embora essas iniciativas tenham contribuído significativamente para o avanço estrutural e funcional da cidade, elas também geraram impactos sociais consideráveis, resultando no deslocamento compulsório de diversas famílias, particularmente aquelas residentes em favelas e ocupações urbanas.

As remoções forçadas, históricas e contemporâneas, deixaram marcas indelévels na memória urbana e na configuração socioespacial do Recife. A cidade continua enfrentando desafios significativos relacionados à habitação, à regularização fundiária e à inclusão social, reflexos de um modelo de urbanismo excludente. Ademais, persiste no contexto brasileiro, com destaque para o Recife, uma abordagem de mobilidade urbana centrada no transporte individual motorizado, caracterizada pela expansão de vias expressas e estruturas como pontes destinadas a facilitar o trânsito de veículos particulares.

Infelizmente, essa perspectiva frequentemente negligencia outros modais mais sustentáveis, como bicicletas, transporte público e a mobilidade de pedestres. Ainda mais preocupante é o fato de que tais iniciativas são, muitas vezes, implementadas sem diálogo efetivo com a população local. Essa falta de inclusão pode acarretar a remoção compulsória de moradores, afetando comunidades inteiras em prol da realização de obras de infraestrutura que perpetuam desigualdades históricas e sociais.

A comunidade Pipoquinha caracteriza-se como uma ocupação irregular que abriga aproximadamente 60 famílias, localizada na fronteira entre os bairros de Iputinga e Monteiro. A partir da análise do contexto em que está inserida, torna-se essencial compreender as adversidades enfrentadas pela população local em uma perspectiva mais ampla, levando em consideração as particularidades socioeconômicas e culturais do entorno. Nesse sentido, é fundamental investigar os fatores que influenciam a luta pela posse da terra e o acesso ao direito à moradia, além de avaliar as políticas públicas que possam ser desenvolvidas para promover melhorias nas condições de vida desses grupos sociais. Somente por meio de uma investigação metódica do contexto social e político é possível delinear estratégias eficazes para enfrentar os desafios vivenciados pelos residentes da Pipoquinha e de outras comunidades periféricas semelhantes.

Fonte: Comunidade da Pipoquinha
- Google Maps



6 Diagnóstico

Há cerca de 10 anos, diante da especulação imobiliária, o projeto para a construção da ponte Monteiro-Iputinga tem causado inúmeros impactos negativos às comunidades da região. Desde sua retomada em 2022, as atividades relacionadas à obra trouxeram à tona problemas significativos, como desapropriações e remoções que afetam diretamente populações vulneráveis.

Apesar da oposição contínua dos moradores desde o início do projeto, denúncias apontam para indenizações insuficientes e a ausência de diálogo por parte da prefeitura, que não tem apresentado abertura às demandas e questionamentos das comunidades envolvidas. O projeto viário também inclui vias de apoio que incidem diretamente sobre três comunidades: Ponte da Salvação, Pipoquinha e Vila Esperança, localizadas no bairro do Monteiro. Essas áreas carecem de proteção legislativa, sendo que, mesmo a Vila Esperança sendo designada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), seus moradores continuam resistindo ativamente à implementação do projeto. Ainda assim, a prefeitura caminha com o processo de desapropriação e remoção dessas famílias, sem demonstrar preocupação com os impactos sociais e econômicos profundos

Fonte: Comunidade da Pipoquinha
- Google Maps



Pain (2019) ressalta a dimensão traumática das remoções e seu impacto coletivo, permitindo compreender a violência como um problema mais amplo e intrinsecamente político. Essa violência persiste ao longo do tempo e gera efeitos profundos, evidenciando as relações de poder impostas pelo Estado, que frequentemente utiliza técnicas de violência psicológica sem enfrentar consequências. Esse poder especulativo, de natureza crescente, apropria-se das cidades, transformando espaços originalmente concebidos para a vida em paisagens reguladas pela lógica da renda. Essa dinâmica ocorre principalmente quando os espaços destinados à habitação são convertidos em locais de investimento financeiro, onde o valor da terra e dos imóveis passa a ser definido pela capacidade de gerar lucro para investidores, em detrimento das necessidades habitacionais da população local.



Os efeitos da financeirização da moradia ultrapassam a mera reestruturação dos mercados habitacionais, resultando no deslocamento forçado de grupos marginalizados. A remoção torna-se especialmente eficaz como mecanismo de expropriação da maioria urbana de suas comunidades autoconstruídas, sobretudo quando essas áreas passam a ser vistas como locais estratégicos para especulação financeira e investimentos globais (FNRU, 2019; ROLNIK et al., 2017; SANTOS JR., 2012).

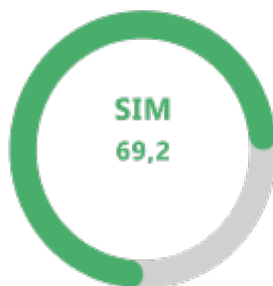
Fonte: Comunidade da Pipoquinha
- Google Maps

QUESTIONÁRIO

moradia digna



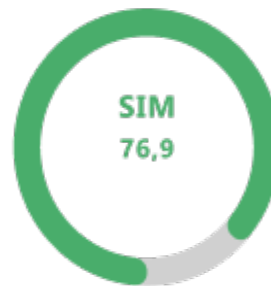
reurbanização das áreas



áreas verdes



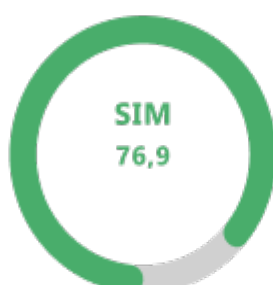
mais espaços de estar



eventos culturais



Ter um lugar melhor



reforma parcial



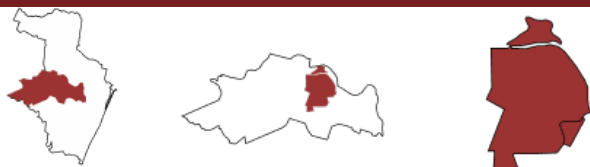
Fonte: Pesquisa de Campo - autoral

Fonte: Comunidade da Pipoquinha



Diante disso, é essencial traçar novas diretrizes que proponham um plano alternativo de reassentamento habitacional para a Comunidade da Pipoquinha, como forma de se opor a planos higienistas e hegemônicos que negligenciam as necessidades dessa população e das comunidades vizinhas. Os processos de remoção afetam profundamente todos os aspectos da vida das pessoas envolvidas, abrangendo trabalho, educação, família e redes de apoio emocional. Essas ações violentas e prolongadas reforçam a acumulação de capital ao mesmo tempo em que submetem comunidades inteiras ao papel de vítimas. O ciclo contínuo de ocupação-remoção-ocupação ilustra um estado de transitoriedade permanente que caracteriza essas realidades.

7. O projeto



O terreno está inserido em área urbana consolidada da cidade do Recife, em zona predominantemente residencial com trechos de uso misto. A legislação urbana vigente – especialmente o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo – define parâmetros específicos que orientam a ocupação do lote: gabarito de até 4 pavimentos, taxa de ocupação compatível com áreas habitacionais, incentivo a fachadas ativas e exigência de áreas verdes. A proposta foi estruturada respeitando essas diretrizes, com especial atenção ao adensamento construtivo, à permeabilidade do solo e à integração da edificação com o entorno urbano imediato.

O projeto organiza-se a partir de um partido arquitetônico modular, composto por blocos lineares de 4 pavimentos, cada um contendo 16 unidades habitacionais, distribuídas de forma simétrica em torno de núcleos verticais de circulação. As unidades possuem entre 45 m² e 50 m², com dois ou três quartos, sala de estar, cozinha, banheiro, área de serviço, sala com varanda, atendendo a diferentes composições familiares. A planta tipo foi projetada com racionalidade funcional, reduzindo áreas de circulação interna e maximizando o aproveitamento espacial.

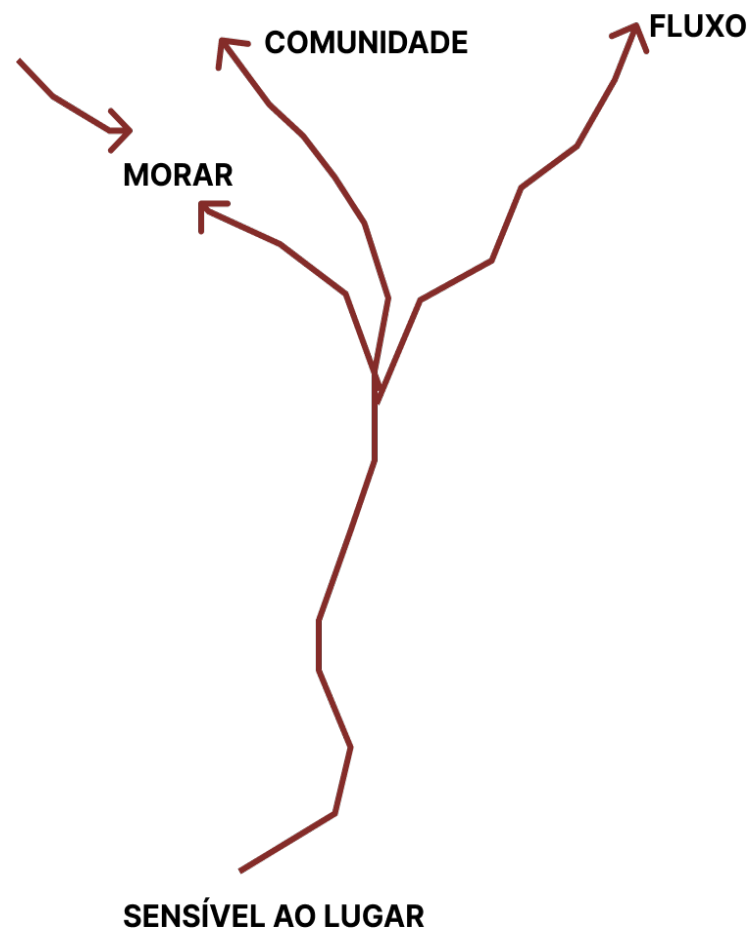
7.1 o CONCEITO

Imagine o conjunto habitacional como uma membrana viva, sensível, que respira o território e o transforma. Ao invés de pensar os blocos como objetos isolados, a proposta é enxergar o projeto como uma extensão do corpo coletivo — uma cidade-membrana que se adapta ao clima, às relações sociais e às memórias do solo.

Cada bloco funciona como um órgão urbano, interligado por fluxos de convivência, sombreamento, trocas comerciais e biodiversidade local. As áreas verdes não são apenas paisagem, mas funcionam como sistemas de troca térmica e social, onde as crianças, as árvores e os moradores constroem um tempo urbano partilhado.

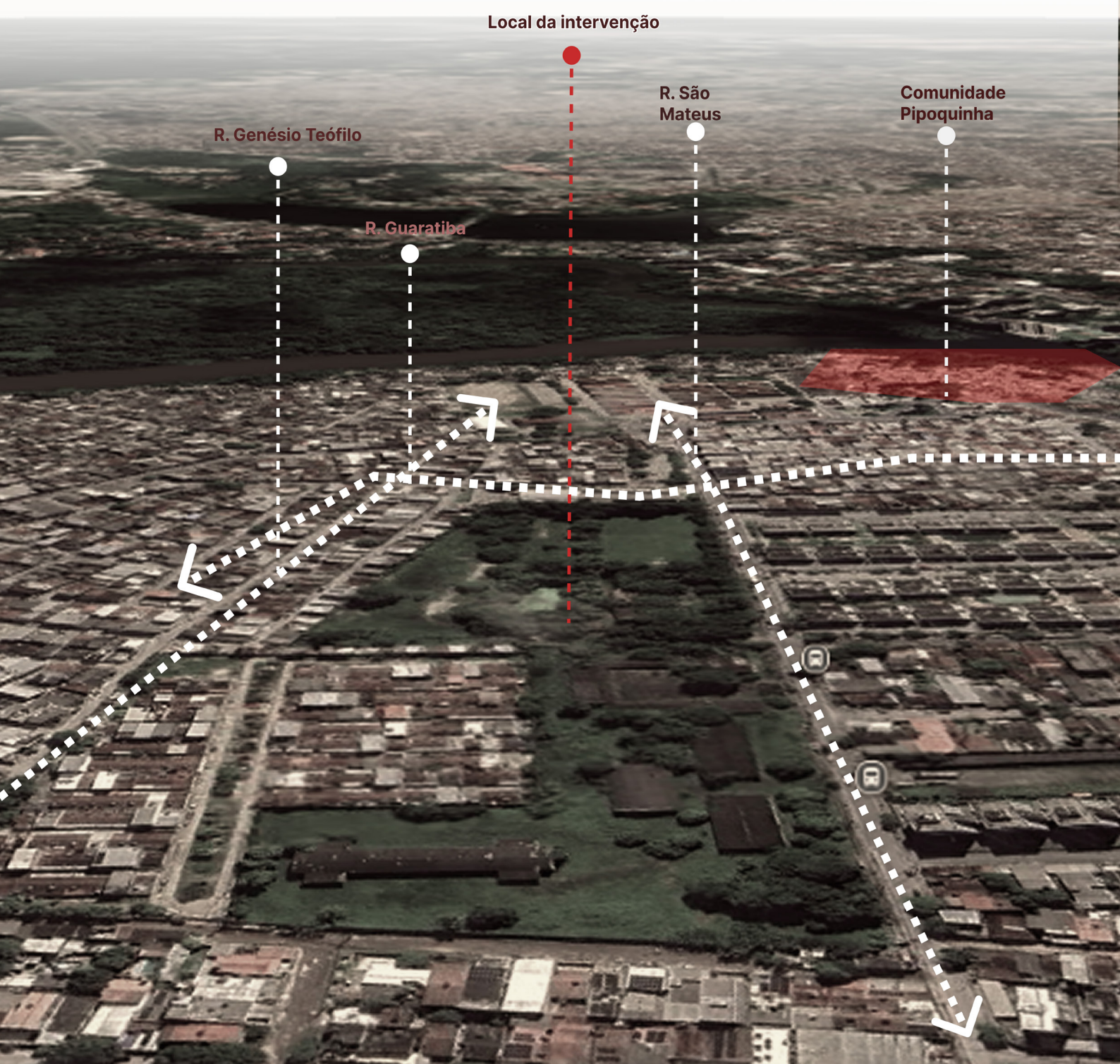
As fachadas ativas são poros abertos. Conectam o espaço íntimo ao espaço público, permitindo que o território entre nas casas e que a vida doméstica se espalhe pela rua. A cor, a textura e a materialidade do projeto não são apenas estéticas: são sinais de pertencimento e memória, como se o barro, o concreto e a madeira fossem palavras.

A cidade-membrana, portanto, não impõe limites duros entre dentro e fora, público e privado, natureza e construção. Ela escuta, absorve e retribui: acolhe a água da chuva, filtra a luz, resgata o vento e devolve sombra. É um organismo urbano sensível ao lugar.



Fonte: Diagrama conceito - Autoral

A ÁREA ATUAL DE INTERVENÇÃO
ESTÁ INSERIDA NA RPA 4, DIAN-
TE DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA
DA CIDADE DO RECIFE, E TAMBÉM
COM 695,34 m². COM O RPA DE 2.





6. **o PLANTAS**

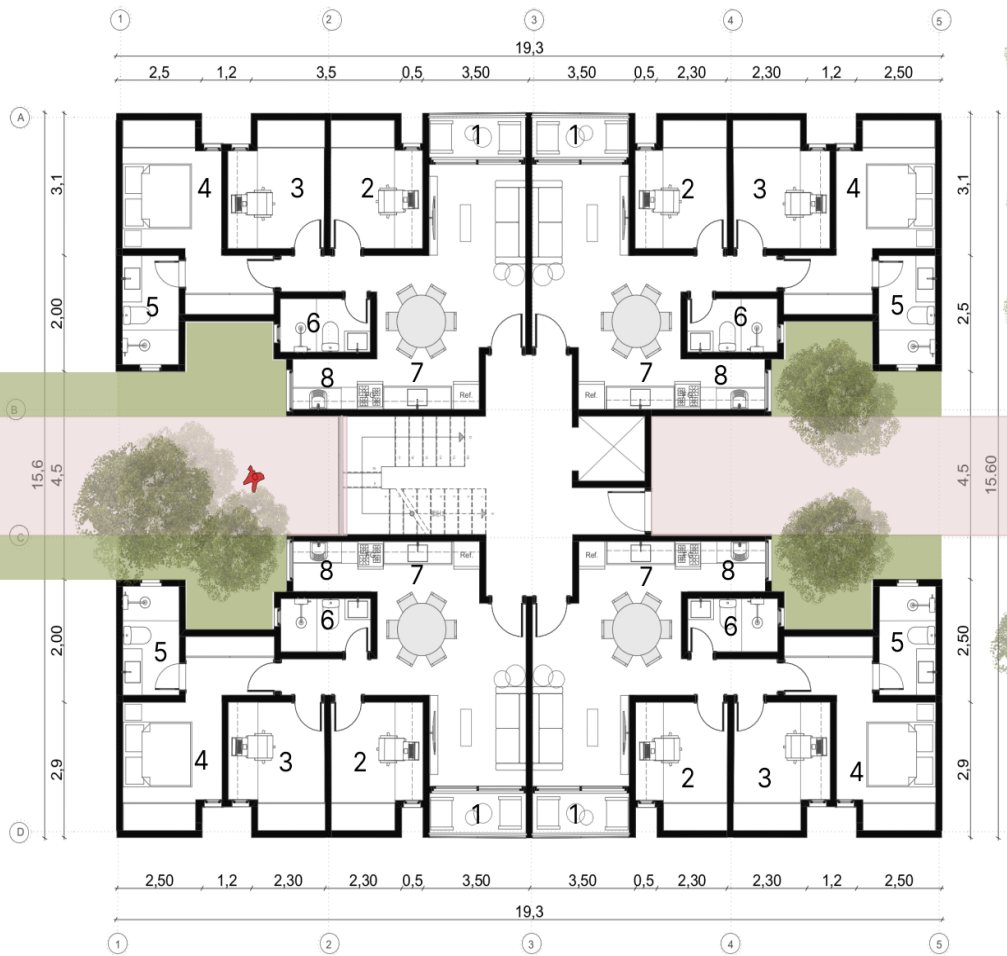
A organização do conjunto foi pensada a partir de blocos habitacionais retangulares e paralelos, dispostos de forma a maximizar a ventilação cruzada, a insolação natural e a privacidade entre unidades. Com até quatro pavimentos, cada bloco segue uma modulação racionalizada, facilitando a repetição construtiva e a viabilidade econômica da obra, características essenciais em empreendi-

A implantação dos edifícios respeita os recuos mínimos exigidos pela legislação urbanística vigente e se articula a partir de vias internas e calçadas generosas, com circulação prioritariamente pedonal. Os acessos principais estão voltados para as ruas São Mateus e Genério Teófilo, possibilitando

Ao chegar as soluções de implantação, foram demarcadas as áreas dos edifícios. O desafio seria suprir a necessidade de adensamento, na quadra. Com o projeto acelerado, foram planejadas ruas internas que se conectam com as quadras novas criadas, formando assim, conexões e caminhos que seriam utilizados pelos habitantes.

PLANTA BAIXA

TÉRREO

**PLANTA BAIXA**

PAV. TIPO



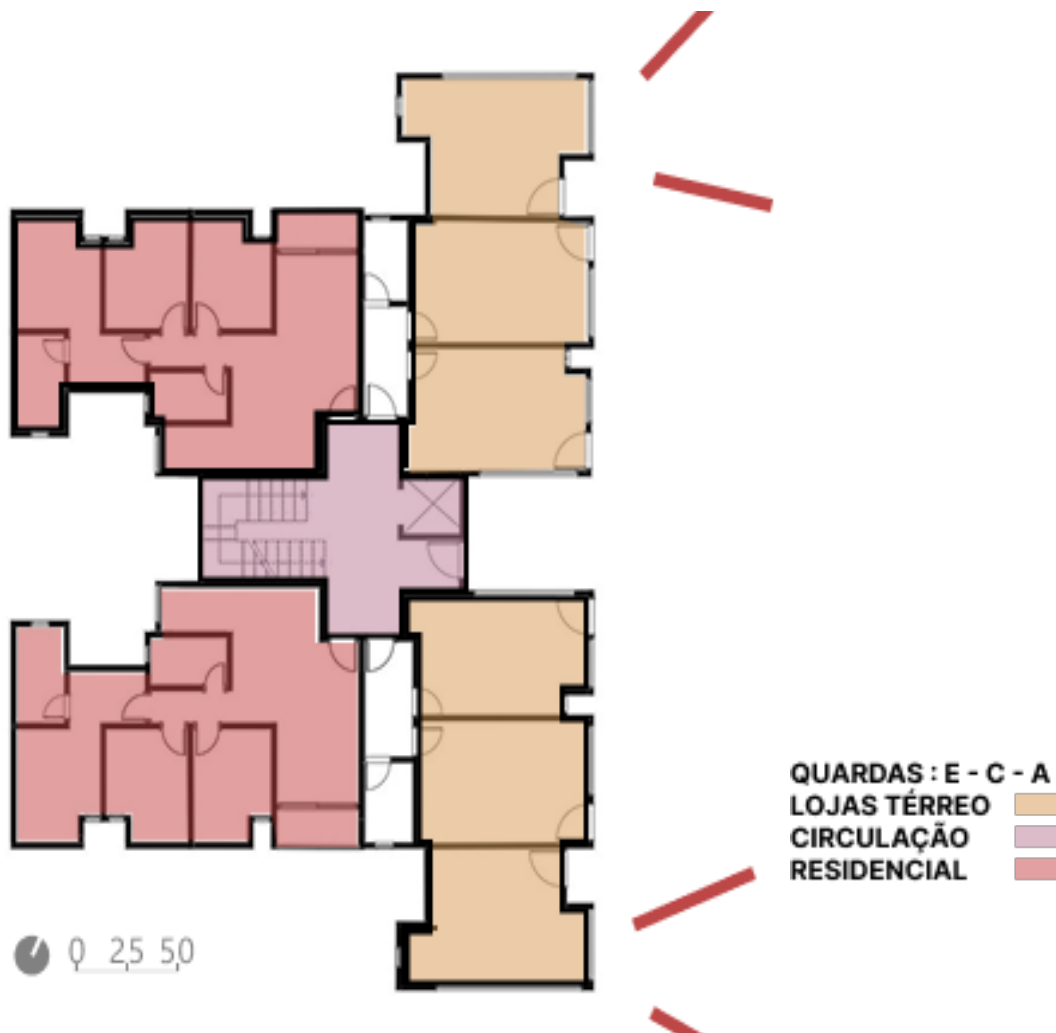
O projeto destaca-se pela estruturação de áreas verdes distribuídas entre os blocos, organizadas como espaços de respiro urbano, pontos de lazer e sombreamento natural. As árvores de médio e grande porte, posicionadas de forma estratégica, desempenham funções ecológicas e sociais, contribuindo para o conforto ambiental, a redução de ilhas de calor e a promoção do convívio comunitário.

Na extremidade sul do terreno, foi previsto um bloco com uso misto, voltado para atividades comerciais no pavimento térreo. Esse edifício atende à premissa das fachadas ativas, qualificando o espaço público e oferecendo serviços de apoio ao cotidiano dos moradores, como mercearias, farmácias ou pequenas lojas, estimulando a economia local e a vitalidade das bordas do conjunto.

A incorporação de lojas no pavimento térreo do conjunto habitacional visa a ativação do espaço urbano por meio da implantação de fachadas ativas, uma estratégia amplamente reconhecida na produção de cidades mais seguras, acessíveis e vivas. No projeto, os blocos habitacionais voltados para as vias perimetrais e principais eixos de circulação interna recebem unidades comerciais no térreo, voltadas diretamente para a rua, com vitrines amplas, marquises e tratamento formal que reforça o uso público desses espaços.

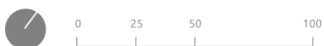
As lojas têm áreas moduladas entre 12 m² e 15 m², com flexibilidade de uso e possibilidade de integração entre unidades adjacentes. O uso proposto contempla atividades de base comunitária, como mercadinhos, farmácias, salões de beleza, oficinas de costura, lanchonetes e serviços de reparo. Esse conjunto de atividades é pensado a partir do perfil socioeconômico da população local, visando não apenas conveniência, mas sobretudo inclusão produtiva e geração de renda.

Fonte: planta baixa do térreo com setorização das áreas habitacionais, hall, e lojas



PLANTA BAIXA
TÉRREO COM LOJAS

- 1- VARANDA e SALA DE ESTAR - 15m²
3- QUARTO 01 - 5,75m²
4- QUARTO 02 - 5,75m²
5- QUARTO SUÍTE - 6,00m²
6- BWC SUÍTE - 3,90m²
7- BWC CASAL - 3,90m²
8- COZINHA - 9m²
9- ÁREA DE SERVIÇO - 3m²
10- LOJAS TÉRREO -15m²



PLANTA BAIXA
PAV. TIPO

- 1- VARANDA e SALA DE ESTAR - 15m²
3- QUARTO 01 - 5,75m²
4- QUARTO 02 - 5,75m²
5- QUARTO SUÍTE - 6,00m²
6- BWC SUÍTE - 3,90m²
7- BWC CASAL - 3,90m²
8- COZINHA - 9m²
9- ÁREA DE SERVIÇO - 3m²
10- LOJAS TÉRREO - 15m²



RUA SÃO MATEUS

RUA SÃO MATEUS

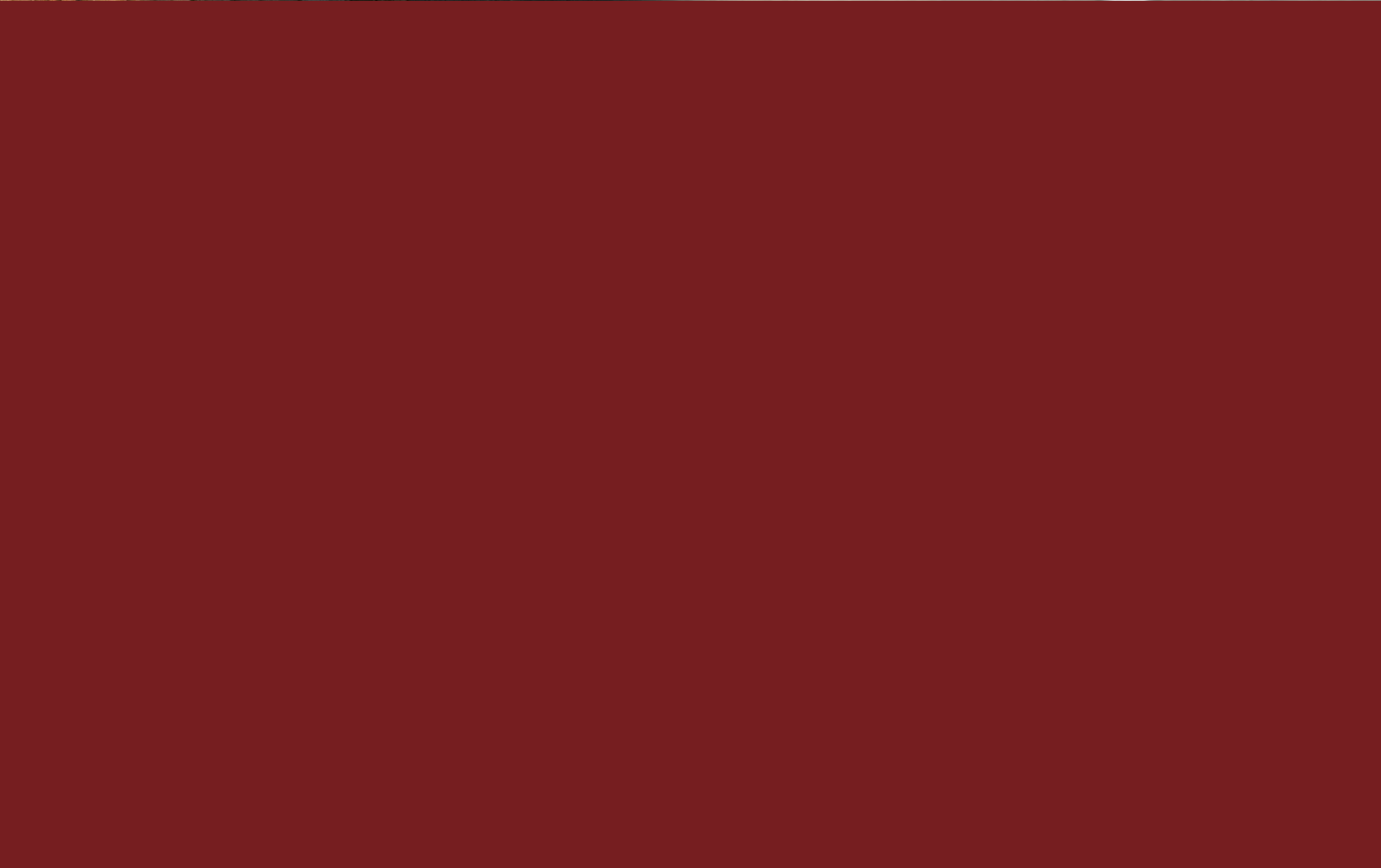


Corte CC' com detalhe
da estrutura



8. **PERSPECTIVAS**











9. **CONSIDERA- ÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa e proposta projetual partiram do desejo profundo de compreender a arquitetura como instrumento de resistência, pertencimento e justiça social. Ao investigar a comunidade da Pipoquinha, situada na Iputinga, ficou evidente que a cidade oficial frequentemente ignora os corpos, as histórias

O diagnóstico urbano-social e o projeto desenvolvido neste TCC apontam caminhos possíveis para uma arquitetura comprometida com a escuta, com o território e com a vida real das pessoas. Ao propor um conjunto habitacional integrado ao entorno, com fachadas ativas, uso misto e valorização dos modos de vida locais, busca-se garantir não apenas moradia digna, mas também continuidade das redes de afeto, trabalho e pertencimento já existentes.

Este trabalho é, portanto, uma tentativa de devolver à cidade a sua dimensão mais humana. Ao dar visibilidade às vozes silenciadas das periferias urbanas, especialmente das mulheres, das famílias negras, das crianças e dos trabalhadores que constroem a cidade todos os dias, reafirma-se a importância de projetar com essas comunidades.

Conclui-se que a luta por moradia digna passa necessariamente por uma revisão das práticas arquitetônicas e urbanísticas convencionais. A cidade não pode mais ser pensada apenas com base na lógica do lucro e da exclusão. É urgente um novo pacto urbano, onde o direito à cidade seja uma realidade para todos, especialmente para quem sempre foi deixado à margem.

10. Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 ago. 2025.

FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana. Direito à cidade e políticas públicas urbanas. São Paulo: FNRU, 2019.

G1. Palafitas no Pina: realidade de moradia precária persiste em Recife. G1 Pernambuco, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 01 ago. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos demográficos: dados sobre habitação e população no Recife. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KERÉ, Diébédo Francis. Citação em entrevista à Fundação Aga Khan. 2005. “Arquitetura não é apenas construção. É uma forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas.”

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

O GLOBO. Reportagens sobre remoções urbanas e mocambos. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, 1960.

PAIN, Rachel. Chronic urban trauma: the slow violence of housing dispossession. In: Social & Cultural Geography, 2019.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel et al. Habitação social

ROYER, Luciana; ROLNIK, Raquel. A moradia como centro da vida urbana. In: Cadernos Metr pole, n. 25, 2011.

SANTOS JR., Orlando Alves dos. Justiça espacial e direito   cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: Espaço & Debates, São Paulo, n. 44, p. 75–87, 2000.

ACHIDAILY. Galeria de Habitação Social 1737; Residencial Novo Santo Amaro; Urbanização do Jardim Vicentina; SEHAB Heliópolis. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br>. Acesso em: 01 ago. 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. Cortiços e favelas no contexto urbano brasileiro. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 01 ago. 2025.

